

SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE, UM ESTUDO DE CASO

INSTITUTO ECOLOGIA AMBIENTAL	
data	06 / 07 / 96
cod.	XCD 00090

Isabelle Vidal Giannini
Antropóloga - Coordenadora
do Projeto Xikrin.

Introdução

O que faz com que o antropólogo incorpore cada vez mais atitudes diferenciadas em relação às sociedades com as quais trabalha? O que faz com que ele pesquise "sobre", produção acadêmica, faça, denúncias e campanhas e trabalhe "com", assessoria a projetos de educação, saúde e alternativas econômicas?

Como foi expresso por Henrique Rattner, o estágio atual de conhecimento alcançado e a situação dramática em que se encontram milhões de pessoas, não mais permite o hiato tradicional entre a produção do conhecimento e sua eventual utilização pela sociedade. Ou ainda, como diz José de Souza Martins, "o problema são os impactos sociais e culturais advindos das mudanças tecnológicas. Já não se trata da introdução da roda na vida dos Papagos, do Arizona, ou da introdução do milho híbrido na vida dos agricultores de origem hispânica, no Novo Mundo. Aqui não se trata de introduzir nada na vida de ninguém. Aqui se trata de projetos econômicos de envergadura, como hidrelétricas, rodovias, planos de colonização, de grandes impactos social e ambiental, mas que não tem por destinatário as populações locais".

Lançando um rápido olhar sobre os assuntos debatidos nos últimos 20 anos, percebemos que a preocupação no nível mundial esta cada vez mais voltada para os problemas relacionados à deterioração. Conseqüentemente emergem a cada dia inúmeras associações ambientalistas. No caso específico do Brasil o crescimento foi extraordinário, de aproximadamente 40 entidades em 1980 para cerca de 400 em 1985. Estes movimentos ambientalistas foram importantes para o desenvolvimento de uma consciência de cidadania e sobre tudo na ocasião da elaboração da Constituição Brasileira de 1988.

Observamos que a partir da Constituição houve um ganho substancial no que se refere à legislação ambientalista. Mas, o que devemos alertar, é que no nível da atuação individual, das empresas ou do governo, as agressões ao meio ambiente continuam. O que ocorre de fato, e isto não é novidade, é a dificuldade em "fazer valer" as nossas próprias leis.

Avançamos ainda mais no discurso, introduzindo, através da Conferência Rio - 92, a visão da necessidade de revisão do atual modelo de desenvolvimento econômico, para um modelo socialmente justo, economicamente equilibrado e ecologicamente sustentável. Estamos plenamente de acordo que as questões que se colocam daqui para frente são planetárias e as respostas devem ser, igualmente, no nível global. Devemos, porém, questionar como os parâmetros deste novo modelo serão trabalhados no nível local, com o devido respeito e participação de sociedades diferenciadas. Longe de termos nas mãos a solução dos problemas ambientais e sócio-econômicos, objetivando a transformação de todo um processo histórico; isto é apenas parte do começo. Estamos, na verdade, vivendo a era do grande desafio.

Ao discutirmos o conceito de desenvolvimento sustentável devemos antes de tudo incorporar o verdadeiro sentido deste novo paradigma. Qual a nossa responsabilidade como cidadãos, diante do esgotamento dos recursos naturais, da

deterioração ambiental, da definição dos modelos de desenvolvimento e do respeito à diversidade cultural? Estas são questões avaliativas.

O desenvolvimento sustentado, pontuado na sua definição pela sustentabilidade ecológica, econômica, social e política deve ser um projeto endôgeno. Em outras palavras, um projeto que se constroi a partir de um trabalho conjunto entre diferentes atores sociais e que coloca na mesa todas as informações, possibilidades, alternativas e técnicas que emergem não apenas dos conhecimentos científicos ocidentais, da vontade política dos governos e de grandes empresas, mas essencialmente dos conhecimentos e da vontade das populações locais. A possibilidade de um novo paradigma e não de uma utopia, situa-se, antes de mais nada, na aceitação da pluriétnicidade, da liberdade de auto-gestão de diferentes grupos locais inclusive na decisão de suas necessidades e prioridades.

Compartilho com Carlos Diegues quando afirma que o conceito de "sociedades sustentáveis" parece ser mais adequado que o de "desenvolvimento sustentável", na medida que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu meio ambiente. Deixa-se de lado o padrão que prevalece nas sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade de uma diversidade de sociedades sustentáveis. Acrescentaria ainda que este fato permite reformular o padrão existente de exploração seletiva, para caminharmos em direção a um modelo econômico consorciado.

Após esta breve introdução e dentro do tema que me proponho a discutir neste artigo, opto pela alternativa de um estudo de caso. Isto se deve principalmente ao fato de, como antropóloga, estar assessorando em diversos níveis a sociedade indígena Kayapo-Xikrin, do sul do Pará, e por ser, a meu ver, um caso que ilustra questões sobre sociedade e meio ambiente, debatidas nestes últimos anos.

O acompanhamento antropológico da sociedade Xikrin esta embasado não apenas na situação atual vivenciada pelo grupo, mas essencialmente no contexto histórico das inter-relações entre esta sociedade indígena, a sociedade envolvente e o modelo de ocupação instaurado no sul do Pará, desde a década de 70.

Breve histórico do contato inter-étnico

Atualmente os Kayapo contam com uma população de cerca de 3.500 indivíduos divididos em 15 sub-grupos, sendo um deles os índios Xikrin. As áreas habitadas por eles se situam no planalto Central Brasileiro e se estendem do noroeste do Mato-Grosso ao sudeste do Pará. As consequências dos primeiros contatos diretos entre os Kayapó e os não-índios, no início do século, na região do Araguaia podem ser qualificadas como desastrosas. Em 1930, dois dos tres grupos *Porekru* (do qual descendem os Xikrin do Cateté e Bacajá) estavam extintos, assim como o grande grupo denominado *Irãmrãre*, localizado no Araguaia.

Os *Gorotire* (do qual descendem todos os outros grupos Kayapó) e os *Porekru* que haviam recusado formalmente o contato se deslocaram para o oeste em direção à bacia do Parauapebas e Xingu, sendo estes Kayapó identificados durante muito tempo como "agressivos" e "os índios mais belicosos da região", e realmente, até a década de 60, poucos aventureiros haviam penetrado em seus territórios.

Na década de 70, porém, já muitos gateiros e castanheiros invadiam estas regiões. Foi também o início das pesquisas desenvolvidas pelo Projeto Radam e os levantamentos geológico - minerais que resultariam, nos anos 80, na implantação do Projeto Ferro Carajas. Cabe ainda mencionar a presença militar na época da guerrilha do Araguaia, o que veio a aumentar o movimento e a presença do Estado na região. Consequentemente o sudeste do Pará se tornou uma das regiões mais

atingidas pelo avanço da colonização devido à construção de estradas, à implantação de projetos agro-pecuários, à extração mineral e madeireira, trazendo profundas modificações ambientais e sócio-econômicas.

É preciso esclarecer que o sul do Pará vivencia atualmente a expansão da extração madeireira, principalmente o mogno, extraído de forma seletiva e sem controle ambiental, assumindo uma posição de destaque na economia da região, com uma altíssima cotação no mercado internacional e uma crescente penetração no mercado interno. Outrossim, a alta lucratividade na comercialização do mogno tornou as atividades das madeireiras extremamente agressivas, usando meios de persuasão, corrupção e pressão sobre os índios e com a cumplicidade de órgãos governamentais.

No que se refere aos índios Xikrin do Cateté, estes, com pouco contato com a sociedade nacional, "assistem" repentinamente a implantação do Projeto Ferro Carajas, contíguo a sua Reserva, defrontando-se com as sucessivas modificações impostas na região e seus mais variados desdobramentos.

Os índios Xikrin vivem, atualmente, em uma Reserva demarcada, resto de uma área de perambulação muito mais extensa acarretando uma forte pressão demográfica sobre o território, impossibilitando até certo ponto as históricas cisões do grupo e afetando também a economia de subsistência tradicional. Uma breve análise das áreas de perambulação mostra que o território, conhecido e explorado, ia muito além dos limites da demarcação física. Extrapolava a leste para a área de posse da Companhia Vale do Rio Doce e toda a bacia do Parauapebas e ao sul se estende além da rodovia PA 279, que liga a Bacia do Araguaia à do Xingu. Ao norte vai até o rio Bacajá, região sul de Altamira, onde se localiza a segunda aldeia Xikrin.

No que se refere às atividades de subsistência tradicionais do grupo, há locais de maior afluência e acampamentos frequentes, outras são visitadas mais raramente. Existem lugares definidos para a prática de atividades específicas como a caça, a coleta e a pesca, sendo visitadas sazonalmente.

A caça se restringe a algumas espécies devido aos tabus alimentares, sendo as mais prestigiadas a anta, a queixada, o veado, a paca, o caititu, o tatu canastra e o jabuti.

Os peixes preferidos e os mais consumidos, principalmente no verão, são o pintado, o matrinhã, o corimbata, a piaba e o peixe-cachorro. Raramente se alimentam de tucunaré, piranha, mandi e bagre.

As aves possuem um grande valor simbólico para esta sociedade e são caçadas somente para a obtenção de penas utilizados na elaboração dos artefatos plumários. Recentemente os Xikrin passaram a consumir jacu e mutum.

Da floresta coletam mel de várias espécies de abelhas, palmitos e uma grande variedade de frutas. Nas roças cultivam tradicionalmente a mandioca, o milho, a batata doce, o inhame, o aipim e a banana. Mais recentemente foram introduzidos a melancia, a abóbora, o mamão e nos arredores da aldeia, o limão, a laranja, o café, o caju, a manga e o abacate.

As interferências tradicionais exercidas sobre o ambiente com a abertura de clareiras, coletas de plantas e sementes, pressões sobre os agentes polinizadores e dispersos e introdução de espécies, são parte do processo dinâmico da evolução incorporando-se à história dessa área florestal sem provocar mudanças notáveis.

No entanto, atualmente, os Xikrin deixam bem claro que paulatinamente os "brancos" estão derrubando as florestas, inclusive de seus territórios tradicionais e

poluindo ainda os rios que banham a sua área. Toda a área antiga de perambulação foi totalmente desmatada, se transformando também em uma região de violentos conflitos fundiários. A partir de 1986, com a rarefação do mogno na região, inclusive em outras Reservas Kayapó, a área Xikrin se transformou no alvo principal das madeireiras. Durante anos os Xikrin reistiram às constantes tentativas de convencê-los a vender sua madeira. Em 1989, porém, através de contratos ilegais assinados pelos índios, as madeireiras penetram em sua Reserva. A maior parte da comunidade indígena, no entanto, não estava diretamente envolvida na extração e comercialização do mogno.

As fortes pressões externas sobre os recursos naturais na área indígena aceleraram o processo de alteração das condições ambientais em um ritmo que não permite o estabelecimento dos ciclos naturais e com grandes impactos sobre o patrimônio florestal e as atividades tradicionais de subsistência. Por outro lado, o modelo de extração seletiva é uma exploração predatória, que retira da área as árvores mais valiosas do ponto de vista comercial, neste caso o mogno, revelando um potencial destrutivo incalculável com relação à floresta como um todo.

No decorrer deste processo, os índios Xikrin ficavam, sempre, divididos entre aqueles que rejeitavam a venda de madeira e os que se aproximavam das madeireiras. No entanto, ambas as partes não se acomodariam diante desta situação e isto, de fato, os distinguiu de outros grupos kayapó. Sempre houve por parte dos índios a necessidade de melhores informações, questionando os danos ambientais e especialmente o retorno financeiro decorrente do volume de exploração imposto pelas madeireiras, abrindo-se assim um canal para uma interlocução qualificada.

A constante demanda de interlocução permitiu que se avançasse na compreensão do que representa, no contexto das disputas das facções internas, a inserção do grupo em atividades econômicas de produção de riquezas, através da

exploração dos seus recursos naturais, de forma a lhes assegurar autonomia de gerenciamento, mobilidade e ao mesmo tempo suprir necessidades básicas de consumo. Diante desta realidade decidimos assessorá-los de forma diferenciada, dando-lhes a oportunidade de discutir a sua situação com entidades de apoio ao índio, engenheiros florestais e advogados. Ampliamos as discussões internas fornecendo as informações desejadas pela comunidade e questionando o rumo das mudanças e das opções possíveis.

Na prática, isto está sendo desenvolvido de duas formas complementares; a primeira poderia se denominar de educação ambiental; a segunda de construção de um projeto econômico alternativo.

A função dos conteúdos na educação ambiental entre os Xikrin.

Sempre fui solicitada a informar os Xikrin sobre diversas questões de interesse imediato para a comunidade. Quais eram estas questões? Informações sobre o comércio de madeira, formas de se realizarem contratos, preço do mogno, critérios de medição, contabilidade envolvendo bens de consumo, poupança e as possíveis alternativas econômicas para o grupo. Porque não aproveitar estas questões na elaboração e sistematização dos conteúdos educacionais? Levamos em conta que o conteúdo, através de uma metodologia específica, é sem dúvida a forma de se atingir certos objetivos, questionados pelos índios e de seu interesse, quais sejam: o aprofundamento das informações solicitadas, a orientação dos conhecimentos e a capacidade crítica da comunidade.

Dentro do contexto vivenciado pelos índios Xikrin, a educação ambiental nos pareceu promissora. Ela se mostra metodológica e didaticamente interessante já que trabalha com as relações tradicionais entre uma dada sociedade e a natureza e

informa, por outro lado, sobre as diferentes maneiras que a sociedade envolvente se relaciona com o seu meio.

O conteúdo, na educação ambiental, deve levar em consideração alguns pontos importantes. Primeiro, que o conceito de natureza e sociedade se exprime essencialmente por uma construção cultural. A idéia de natureza é algo específico de uma dada sociedade.

Segundo, os conteúdos devem dar conta das classificações tradicionais das diferentes categorias que compõem o universo indígena.

Terceiro, eles devem contrapor e explicitar as diferentes visões sobre a natureza mostrando, no caso aqui apresentado, qual o conceito que os diferentes agentes exploradores possuem da natureza e de sua função. Neste caso, o conteúdo deve esclarecer quais os recursos explorados e porque, quais as formas de exploração, quem perde e quem se beneficia com estas atividades, quais os danos ambientais, sociais e também no nível da saúde.

A educação ambiental requer do assessor um conhecimento profundo da sociedade com a qual ele trabalha, da sua visão de mundo e das formas de se relacionar com ele. Inclui também conhecimentos etnogeográficos, etnohistóricos, assim como conhecimentos sobre formas de resistência, por parte dos índios, mudanças e conflitos na região, agentes colonizadores e seus interesses econômicos e principalmente deve estar atento às necessidades da comunidade.

Resumindo, ao montarmos os conteúdos educacionais com os Xikrin do Cateté, construímos uma proposta que envolvesse as formas tradicionais do conhecimento e introduzisse questões que permitiriam o fortalecimento do grupo enquanto pessoas informadas, tendo sempre em vista as suas necessidades reais.

Desta forma, resolvemos esclarecer e responder com dados substanciais às primeiras perguntas dos índios. Buscamos assessoria de um engenheiro florestal. Este realizou um levantamento de preços do mogno no mercado nacional e internacional assim como um mapeamento da venda da madeira, onde é explorada e como, para onde vai, e sua utilização final. Sistematizamos e discutimos os dados com os índios. Contrapomos a exploração extrativista e seletiva do mogno, cujos efeitos são desastrosos para o meio ambiente e para a sociedade Xikrin, com a possibilidade de se realizar um plano de manejo florestal, sendo este último mais próximo das atividades tradicionais do grupo.

Convidamos lideranças para conversarem com outros profissionais e entidades em São Paulo e Brasília. Neste caso, a educação não se limita, de forma alguma, à escola e, para os Xikrin, abriu-se para uma discussão com toda a comunidade. A educação ambiental deve ser aberta para todos e é muito importante que ela se desenvolva através de vários agentes informadores.

A seguir, iniciamos um projeto de pesquisa florestal na área indígena com o acompanhamento de índios, mateiros e engenheiros florestais da ESALQ/USP. Este projeto, desenvolvido em 1991, foi financiado pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente/SEMAM e administrado pelo Programa "Povos Indigenas no Brasil" do CEDI - Centro Ecumenico de Informação e Documentação.

Os dados obtidos nesta pesquisa foram trabalhados com os índios. Fizemos uma listagem dos vegetais pesquisados, nomenclatura, utilização e classificação indígena, assim como a nomenclatura e a utilização regional. Pretendíamos explorar tanto os etnoconhecimentos indígenas como informá-los sobre outras utilizações possíveis dos seus recursos naturais.

Desta forma, a educação ambiental entre os Xikrin contempla os

conhecimentos interculturais e aprofunda os conhecimentos básicos para que a comunidade venha a desenvolver um projeto alternativo, devidamente informada e capacitada.

Plano de Manejo em Regime de Rendimento sustentado do Patrimônio Florestal dos Índios Xikrin do Cateté.

Além da compreensão da situação vivenciada pelos índios Xikrin, tanto no nível da desorganização social como dos danos ambientais, causados pelas madeiras, a questão principal estava voltada para a procura de alguma alternativa aceitável de sobrevivência e desenvolvimento dentro da Reserva Indígena.

A comunidade Xikrin ao longo destes últimos anos, demonstrou interesse e disposição em receber uma equipe interdisciplinar para pesquisar em conjunto, formas alternativas para a gestão de seus recursos naturais, visando a auto-sustentação da comunidade.

O projeto que procuramos então desenvolver parte de um pressuposto muito simples: não é possível discutirmos alternativas viáveis, economicamente, cultural e ambientalmente, se desconhecemos o potencial dos recursos naturais existentes dentro da área indígena. Assim sendo, o primeiro passo é a realização do inventário florestal que irá orientar a formulação de um Plano de Manejo Florestal.

Na primeira fase do diagnóstico, realizado em 1991, os índios Xikrin participaram ativamente nos trabalhos de campo criando-se uma expectativa positiva baseada na compreensão da pesquisa e de sua finalidade. O que ocorreu foi uma interlocução permanente com os Xikrin, fazendo com que eles se diferenciassem de outros grupos Kayapó que foram envolvidos em atividades

madeiras e garimpeiros sem possuírem, de fato, a possibilidade de um diálogo com profissionais e entidades de apoio.

Nesta fase preliminar, concentramos o trabalho da equipe, desenvolvido por engenheiros florestais, mateiros, índios e a antropóloga, no levantamento do potencial madeireiro e não-madeireiro da área.

Vale a pena ressaltar que, quando florestas são exploradas seletivamente e se permite que a regeneração ocorra naturalmente, as árvores crescem fracas, a mortalidade é alta e as madeiras de valor acumulam-se lentamente. Isto ocorre porque a extração é feita sem nenhum cuidado, com muitos danos desnecessários, e a regeneração é dominada por cipós e espécies arbóreas sem valor econômico.

A exploração consorciada na área indígena dentro de um Plano de Manejo, leva em consideração que esta atividade pode ser realizada sem representar um problema, quando parcelas significativas da biodiversidade local e regional são conservadas, os impactos ambientais negativos são limitados, os recursos florestais são utilizados de forma eficaz e os novos sistemas de uso da terra são sustentados, resultando numa melhoria dos indicadores sócio-econômicos a curto, médio e longo prazo (V.Viana). Ou ainda, segundo o mesmo engenheiro florestal assessor dos índios Xikrin, "no nosso entendimento, parte da floresta deve se destinar à preservação ambiental e parte deve se destinar à produção sustentável de produtos madeireiros e não-madeireiros. Na quase totalidade dos casos, o manejo florestal é melhor em termos ambientais que os demais usos da terra destinados a obtenção de produtos comercializáveis: pecuária, agricultura intensiva, mineração".

Na análise decorrente dos dados de campo percebeu-se que o potencial em recursos florestais presentes na área indígena é bastante significativo. Dentro de uma filosofia conservacionista, o Manejo em Regime de Rendimento Sustentado

busca uma intervenção planejada sobre a floresta, de forma a garantir os limites da regeneração e auto-manutenção do complexo florestal.

No estudo efetuado na área indígena, verificou-se ainda a possibilidade de várias alternativas de uso dos recursos naturais. O uso múltiplo e consorciado da área pode reverter boa margem de lucros para a comunidade, com baixo impacto ambiental e redução da área de exploração florestal. Para auxiliar a avaliação das possibilidades destes usos, fez-se um levantamento da utilização das espécies vegetais, com base nas informações dos mateiros e dos índios, sobre a potencialidade da área. Pesquisou-se assim uma relação de espécies vegetais, cujos produtos, além da madeira, pudessem ser explorados economicamente. Na relação preliminar foram indentificadas 45 espécies comercializáveis sob forma de palmito, frutas, carvão de resíduos de madeira, borracha, plantas medicinais, castanha do Pará, óleo de babaçu e essências. Verificou-se também que a produção de mudas para reflorestamento de outras áreas, é mais uma opção.

Existem ainda outras formas de se agregar valor aos produtos. Essas devem, porém, ser avaliadas quanto a sua efetiva adoção pela comunidade, em estudos mais específicos.

Ao trabalharmos com a sociedade Xikrin, sempre levamos em consideração que as chances de sucesso de um novo modelo econômico na área indígena apenas teriam sentido com a participação efetiva da comunidade, não só na aceitação de uma alternativa mas na sua construção, no nível técnico, dos conhecimentos, do trabalho em diferentes níveis e segundo a organização social indígena. A proposta torna-se então mais abrangente, devendo culminar num modelo da gestão administrativa pela própria comunidade indígena, proposta que encontra sustentação na constatação de que:

- existe um potencial produtivo baseado em recursos naturais renováveis, capaz de viabilizar a auto-sustentabilidade da comunidade indígena;

- existem oportunidades econômicas crescentes para exploração de produtos florestais com certificado de qualidade sustentada, face às pressões dos grupos ambientalistas;

- existem oportunidades tecnológicas para a produção florestal, a partir da junção dos conhecimentos dos índios em etnobiologia e da silvicultura moderna em manejo florestal e dinâmica de florestas naturais.

Para se atingir este objetivo se faz necessário, além das pesquisas pertinentes, a participação de lideranças indígenas no processo de capacitação técnica para o desenvolvimento do Plano de Manejo Florestal.

Para finalizar, gostaria de mencionar como em alguns momentos nos sentimos em relação a este trabalho. Cito uma colocação de André Villas Boas que vem, através do CEDI assessorando os Xikrin do Cateté: "Em alguns momentos chegamos a nos sentir como parte de uma "concorrência pública" deflagrada pelos Xikrin, onde de um lado estavam as madeireiras com promessas de lucro fácil e rápido e de outro interlocutores que criticavam a ação das madeireiras e procuravam discutir alternativas até então pouco paupáveis, considerando o imediatismo que o jogo de pressões internas e externas impunha."

No entanto, apesar de caminharmos lentamente e estarmos ainda realizando as pesquisas preliminares necessárias à elaboração e implantação do Plano de Manejo Florestal que possa darum retorno financeiro para a comunidade, os índios Xikrin, por sua vez, reverteram o processo de exploração predatória na sua Reserva, expulsando as madeireiras que ali atuavam ilegalmente. Por outro lado, o Núcleo de Direitos Indígenas, através de uma procuração das lideranças, moveu uma ação

contra as madeiras, pelos danos ambientais causados na área indígena.

No mês de julho de 1993, a equipe volta a campo para a finalização da pesquisa. Todo o processo, que inclui desde o mapeamento tipológico da área, através da leitura de imagens satélites e os estudos específicos de campo até a análise dos dados, será acompanhado por índios Xikrin que poderão perceber as sequências necessárias para a implantação de um Plano de Manejo Florestal.

É importante deixar claro que um estudo de caso não pode servir de modelo a não ser enquanto metodologia de pesquisa e objetivos finais.

As propostas decorrentes de cada pesquisa específica e as soluções adotadas podem ser muito diferenciadas. Cada caso, evidentemente, merece um estudo em separado.

BIBLIOGRAFIA

- RATNER, H. "Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável" in São Paulo em Perspectiva: Desenvolvimento e Meio Ambiente - Revista da Fundação SEADE, vol. 6, n.1 e 2, 1992.
- VIOLA, E.J. "A Dinamica do Ambientalismo e o Processo de Globalização" in São Paulo em Perspectiva: Desenvolvimento e Meio Ambiente - Revista da Fundação SEADE, vol. 6, n. 1 e 2, 1992.
- DIEGUES, A.C. "Desenvolvimento sustentável ou Sociedades Sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas" in São Paulo em Perspectiva: Desenvolvimento e Meio Ambiente - Revista da Fundação SEADE, vol. 6, n. 1 e 2, 1992.
- VIANA, V.M. "Características Geográficas e Históricas e Impactos Sociais e Ambientais da Exploração de Madeira na Amazonia Brasileira". Non - published document, 1991.
- VIANA, V.M., GIANNINI, I e PAVAN, S. Subsídios para Elaboração de um Plano de Manejo em Regime de Rendimento Sustentado do Patrimônio Florestal dos Índios Xikrin do Cateté - Pará. Non - published document, 1992.
- RUBEN, G.R. "O Progresso da antropologia ou a Antropologia do Progresso" in Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo" Editora da Unicamp, 1992.
- VIDAL, L. e GIANNINI, I. "Xikrin do Cateté, exploram madeira. E são explorados por madeireiras." in Povos Indígenas no Brasil - Aconteceu Especial 18 - CEDI.
- MARTINS, J.S. "A chegada do estranho" in O Cerco esta se fechando. Jean Hebette (org.). Ed. Vozes, 1991.